

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1531219 - PR (2019/0188208-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : RUMO S.A**  
**AGRAVANTE : RUMO MALHA SUL S.A**  
**ADVOGADOS : GISLAINE LISBOA SANTOS - SP264194**  
**ANA LUIZA GARCIA MACHADO E OUTRO(S) -**  
**SP338087**  
**ROBERTA MOLINA SOARES - PR060972**  
**PATRÍCIA CRISTINA FERRI DALESSANDRO -**  
**PR067078**  
**ISIS MARINHO PEREIRA E OUTRO(S) - SP330753**  
**AGRAVADO : ANTONIO DA FONSECA PEDRO**  
**AGRAVADO : CAIO HUMBERTO BONIFACIO PEDRO**  
**AGRAVADO : MARIA APARECIDA BONIFACIO**  
**ADVOGADO : LEONARDO CAMPOS DOMARCO - PR049117**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. SÚMULA N. 126/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 186 E 926 DO CC/2002. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula n. 126/STJ).
2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator